



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2014

Cód. 09 – Procurador

1. “É toda imposição geral, gratuita, unilateral e de ordem pública, condicionadora do exercício de direitos ou de atividades particulares às exigências do bem-estar social”. O conceito descrito refere-se à hipótese de:
 - A) tombamento administrativo.
 - B) desapropriação.
 - C) requisição Administrativa.
 - D) limitação administrativa.
2. É dispensável a licitação:
 - A) na contratação de instituição privada, com fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.
 - B) na aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por representante comercial exclusivo, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a obra pelo Sindicato.
 - C) nas compras de material de uso pelas Guardas Municipais, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pelo apoio logístico, mediante parecer de comissão específica.
 - D) na contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.
3. Configuram atributos dos atos administrativos:
 - A) tipicidade, executoriedade e coercibilidade.
 - B) capacidade, objeto lícito, forma prescrita ou não defesa em lei.
 - C) auto-executoriedade, presunção de veracidade e imperatividade.
 - D) exigibilidade, coatividade e presunção de efetividade.
4. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:
 - A) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
 - B) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
 - C) celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.
 - D) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
5. Serviços públicos “uti singuli” são aqueles:
 - A) que a Administração presta sem ter usuários determinados, para atender à coletividade no seu todo.
 - B) que se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público e para a execução dos quais a Administração usa da sua supremacia sobre os administrados, vedada a sua delegação a particulares.
 - C) que têm usuários determinados e utilização particular e mensurável para cada destinatário.
 - D) que a Administração, reconhecendo sua conveniência para os membros da coletividade, presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros, nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários.

6. Bens públicos de uso especial são aqueles:
- A) que não estão destinados a uma finalidade determinada, como os terrenos não edificados.
 - B) destinados ao uso indistinto de toda a população, tais como as ruas e as praças.
 - C) que representam o patrimônio disponível do Estado, tais como as terras devolutas.
 - D) destinados a uma finalidade específica, tais como as bibliotecas.
7. Configura hipótese de atenuante da responsabilidade civil do Estado:
- A) culpa exclusiva da vítima.
 - B) culpa exclusiva de terceiro.
 - C) culpa concorrente.
 - D) caso fortuito ou força maior.
8. A respeito do controle dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- A) Compete ao Poder Judiciário a revogação de atos administrativos.
 - B) Não é dado ao Poder Judiciário revogar atos administrativos, somente anulá-los, mediante provocação.
 - C) Não é dado à Administração Pública anular atos administrativos, somente revogá-los.
 - D) Não é dado à Administração Pública revogar atos administrativos, somente anulá-los.
9. Configura controle de constitucionalidade por via de exceção:
- A) o controle abstrato, que tem como características a existência de lesões a direitos difusos e coletivos e a produção de efeitos "inter partes".
 - B) o controle difuso, que tem como características a existência de um caso concreto e a produção de efeitos "erga omnes".
 - C) o controle difuso, que tem como características a existência de um caso concreto e a produção de efeitos "inter partes".
 - D) o controle abstrato, que tem como objeto leis ou atos normativos estaduais e federais e como característica a discussão da lei em tese.
10. Constituição flexível é aquela que:
- A) pode ser emendada ou revista pelo mesmo processo que se emprega para fazer ou revogar a lei ordinária.
 - B) exprime um compromisso instável de duas forças políticas opostas, advindo dessa relação a forma institucional de normatização limitada.
 - C) não exige nenhum requisito especial de reforma, admitindo alterações e modificações extemporâneas.
 - D) admite a qualquer parlamentar a iniciativa de alteração do texto constitucional, de todos os níveis federativos.
11. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, dentre outras atribuições:
- A) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
 - B) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.
 - C) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, pena privativa de liberdade.
 - D) sustar, se não atendido, a execução de contrato administrativo impugnado, comunicando a decisão ao Ministério Público.
12. Consoante estabelecido pela Constituição Federal, compete aos Municípios:
- A) prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à segurança da população.
 - B) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.
 - C) promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo rural.
 - D) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

13. Relativamente ao mandado de segurança, pode ser afirmado que:
- A) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária.
 - B) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, um ano, em defesa de direitos dos seus membros, exigindo-se para tanto, autorização especial.
 - C) os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, inclusive "habeas corpus".
 - D) o mandado de segurança coletivo induz litispendência para as ações individuais, sendo que os efeitos da coisa julgada beneficiarão o impetrante a título individual caso venha a requerer a ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.
14. Relativamente aos temas da dívida e do endividamento, como tais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, deve-se ter como definição:
- A) dívida pública mobiliária: montante total das obrigações financeiras do ente federativo, assumidas em virtude de leis e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
 - B) refinanciamento da dívida mobiliária: emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
 - C) operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão do recebimento antecipado de valores provenientes da locação a termo de bens e outras operações assemelhadas, inclusive com o repasse de derivativos financeiros.
 - D) dívida pública fundada: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
15. A respeito da política urbana, como tal disciplinada pela Constituição Federal, pode ser afirmado que:
- A) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
 - B) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
 - C) reconhecido o direito de usucapião, o título de domínio e a concessão de uso devem ser conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, a depender do estado civil.
 - D) aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
16. Configura hipótese de ilegalidade de coação, apta a admitir a impetração de "habeas corpus":
- A) quando alguém estiver preso pelo tempo que determina a lei.
 - B) quando o processo for manifestamente discricionário.
 - C) quando extinta a punibilidade.
 - D) quando for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza.
17. A respeito de fato jurídico é possível afirmar que:
- A) a incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, especialmente se for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
 - B) a impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa, e se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
 - C) é nulo o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
 - D) no negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
18. Relativamente ao tema dos defeitos do negócio jurídico, tem-se que o erro deve ser considerado substancial quando:
- A) concerne à identidade da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, independente de ter influído nesta de modo relevante.
 - B) sendo de fato e implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único do ato jurídico.
 - C) interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais.
 - D) sendo de direito e implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo principal do fato jurídico.

19. No que concerne à prescrição, assim preceitua o Código Civil Brasileiro:
- A) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
 - B) as pessoas jurídicas têm ação contra os seus representantes legais que não derem causa à prescrição e a alegarem oportunamente.
 - C) a prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
 - D) a prescrição iniciada contra uma pessoa deixa de continuar a correr contra o seu sucessor.
20. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:
- A) pela apresentação do título de crédito em concurso de agentes.
 - B) por qualquer ato judicial que desconstitua em mora o devedor.
 - C) por qualquer ato inequívoco que importe recusa de conhecimento pelo devedor.
 - D) pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário.
21. Concernente ao tema da propriedade, assim dispõe o Código Civil:
- A) a propriedade do solo abrange os potenciais de energia hidráulica e os monumentos arqueológicos.
 - B) o proprietário pode ser privado da coisa, no caso de requisição, em caso de perigo público iminente.
 - C) os frutos da coisa deixam de pertencer, quando separados, ao seu proprietário, como regra.
 - D) o proprietário pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de três anos.
22. Configura infração político-administrativa dos Prefeitos Municipais, sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:
- A) atender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular.
 - B) afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara dos Vereadores.
 - C) permitir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, por comissão de investigação da Câmara, regularmente instituída.
 - D) cumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro.
23. A respeito dos crimes de responsabilidade L nº 201/1967 enumera quais são os crimes de responsabilidade passíveis de cometimento pelos Prefeitos e Vereadores, assinale a alternativa incorreta.
- A) As sanções para estes crimes possuem efeito secundário ou acessório, que são a perda do cargo e a inabilitação, por até 10 (dez) anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.
 - B) Nos crimes de responsabilidade, os fatos são apreciados e julgados pelo Tribunal de Justiça enquanto o acusado ocupar o cargo de Prefeito; se, no curso do procedimento, o acusado deixar de ocupá-lo, os autos devem ser remetidos à primeira instância.
 - C) Por ocasião do recebimento da denúncia, o Juiz deve se manifestar, de forma obrigatória e fundamentada, sobre a possibilidade de prisão preventiva do acusado, para as condutas apenadas com reclusão; o magistrado deve se manifestar acerca do afastamento do Prefeito, no tocante ao exercício do cargo, durante a instrução criminal.
 - D) Tais crimes são apurados através de ação penal pública.
24. Configura modalidade específica do crime de prevaricação:
- A) deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
 - B) deixar o Diretor de Penitenciária de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho de rádio que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.
 - C) facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos nos bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem.
 - D) patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
25. "Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função", configura o crime de:
- A) advocacia administrativa.
 - B) tergiversação.
 - C) tráfico de influência.
 - D) corrupção passiva.

26. Incorre na mesma pena do crime de contrabando:
- A) quem venha a violar sinal empregado, por determinação legal, para identificar qualquer objeto.
 - B) quem venha a inutilizar selo alfandegário, por ordem de funcionário público, para cerrar qualquer objeto.
 - C) quem venha a conspurcar edital afixado por ordem de funcionário público.
 - D) quem reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação.
27. Dentre os crimes contra a incolumidade pública, o Código Penal brasileiro prevê o crime de incêndio, cuja conduta típica é descrita como "causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem". De acordo com o referido diploma legal, as penas aumentam de um terço desde que o delito:
- A) ocorra em casa desabitada.
 - B) ocorra em imóvel particular.
 - C) ocorra em oficina.
 - D) ocorra em local próximo à escola.
28. Extingue-se a punibilidade:
- A) pela perempção.
 - B) pela retroatividade de lei que passa considerar o fato como criminoso.
 - C) pelo perdão aceito, nos crimes de ação pública.
 - D) pela retratação do agente, nos crimes contra a honra.
29. A respeito do concurso de agentes (ou de pessoas), assinale a alternativa correta.
- A) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto até metade.
 - B) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada em até um terço, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave
 - C) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
 - D) Se algum dos concorrentes quis participar de crime mais grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até o triplo, na hipótese de ter sido previsível o resultado almejado.
30. Constitui abuso de autoridade:
- A) levar à prisão e nela deter quem não se proponha a prestar fiança, permitida em lei.
 - B) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada.
 - C) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento, ainda que autorizado por lei.
 - D) deixar de comunicar, imediatamente, ao representante do Ministério Público, a prisão ou detenção de qualquer pessoa.
31. O abuso de autoridade sujeita o seu autor à sanção administrativa, civil e penal. Assinale a alternativa que não contempla uma possível penalidade administrativa em razão do cometimento desse tipo de delito:
- A) demissão, a bem do serviço público.
 - B) cassação de aposentadoria.
 - C) destituição de função.
 - D) suspensão do cargo, função ou posto por prazo de cinco a cento e oitenta dias, com perda de vencimentos e vantagens.
32. Será representado(a) em juízo, ativa e passivamente:
- A) a massa falida, pelo inventariante.
 - B) a herança jacente, pelo síndico.
 - C) o espólio, por seu diretor.
 - D) o Município, por seu Prefeito.
33. O Decreto 95.733 de 12.2.88 preconiza: " No planejamento de projetos e obras, de médio e grande porte, executados total ou parcialmente com recursos federais, serão considerados os efeitos de caráter ambiental, cultural e social, que esses empreendimentos possam causar ao meio considerado".
- Tal assertiva encontra imanenência com o princípio geral do direito ambiental abaixo assinalado na alternativa:
- A) Princípio da Consideração da Variável Ambiental.
 - B) Princípio da Natureza Pública da Proteção Ambiental.
 - C) Princípio do Poluidor Pagador.
 - D) Princípio da Prevenção.

34. A respeito de contrato de trabalho, pode ser afirmado:
- A) na falta de prova sobre condição acidental ao contrato verbal, esta se presume inexistente, como se a tivessem estatuído os interessados.
 - B) nos contratos de subempreitada responderá o empreiteiro pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho que celebrar, cabendo, todavia, aos empregadores, o direito de reclamação contra o empreiteiro principal pelo adimplemento das obrigações .
 - C) a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
 - D) havendo falência, será facultado aos contratantes tornar sem efeito a consequente indenização, desde que o empregador pague, no mínimo, a terça parte dos salários que seriam devidos ao empregado durante o interregno.
35. Haverá de ser observado o procedimento sumário nas causas:
- A) dependendo do valor, de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico.
 - B) que versem sobre revogação de doação, qualquer que seja o valor.
 - C) cujo valor não exceder a 40 (quarenta) vezes o valor do salário mínimo.
 - D) dependendo do valor, de arrendamento rural e de parceria agrícola.
36. A respeito de sentença, é possível ser afirmado:
- A) publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la por meio de embargos infringentes.
 - B) a sentença deve ser certa, exceto quando decida relação jurídica condicional.
 - C) para a efetivação da tutela específica, poderá o juiz, exclusivamente de ofício, determinar as medidas necessárias, tal como a imposição de multa por tempo de atraso.
 - D) a sentença condenatória produz a hipoteca judiciária, embora a condenação seja genérica.
37. Conforme dispõe a Lei de Parcelamento do solo urbano, pode ser afirmado que:
- A) considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
 - B) somente se admite o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas por decreto municipal.
 - C) considera-se lote o terreno servido de infra-estrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.
 - D) considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
38. A respeito de “fato gerador”, como tal preceituado no Código Tributário Nacional, deve ter tido como certo que:
- A) fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
 - B) considera-se ocorrido o fato gerador, tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que o se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
 - C) considera-se ocorrido o fato gerador, tratando-se de situação fática, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
 - D) fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática de ato que configure obrigação principal.
39. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:
- A) quanto às pessoas físicas, o lugar dos atos ou fatos que derem origem à obrigação.
 - B) quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.
 - C) quanto às pessoas jurídicas de direito público, em relação aos fatos administrativos que derem origem à obrigação, ou a sede de cada órgão público.
 - D) quanto às pessoas morais, sendo a sua residência incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.
40. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa, dentre outros, no seguinte caso quando:
- A) se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração facultativa.
 - B) a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
 - C) se comprove imperícia do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de sanção disciplinar.
 - D) quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com negligência ou imprudência.

41. Suspende a exigibilidade do crédito tributário:
- A) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário judicial.
 - B) o pagamento de prestações vincendas da obrigação tributária.
 - C) a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.
 - D) a concessão de medida liminar em “habeas data”.
42. Para a conceituação dos casos de nulidade, segundo a lei de regência da ação popular, deve ser observada a seguinte norma:
- A) o vício de mérito consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
 - B) a existência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
 - C) o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
 - D) a incompetência fica caracterizada quando o ato se inclui nas atribuições legais do agente que o praticou.
43. A respeito do Direito de Petição, assinale a alternativa correta.
- A) O Direito de Petição e o direito de aquisição de certidões em repartição pública integram o conjunto de direitos e garantias presente na Carta Magna, da qual não podem ser retirados sequer por emenda constitucional.
 - B) Assegura-se a todos, dependendo do prévio recolhimento de tarifas, a obtenção de certidão em repartição pública, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
 - C) O direito de petição impõe, para o seu exercício regular, de capacidade postulatória específica, razão pela qual deve ser empreendido através de advogado regularmente constituído.
 - D) A Constituição Federal possibilita, como desdobramento do Direito de Petição, a obtenção, por qualquer pessoa, de certidões em repartições e órgãos públicos, desde que voltada ao interesse do requerente ou de terceiros.
44. A respeito dos direitos políticos, assinale a alternativa incorreta.
- A) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
 - B) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
 - C) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
 - D) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até um ano antes do pleito.
45. Configura condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de:
- A) dezoito anos para Vereador.
 - B) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz.
 - C) trinta anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador.
 - D) vinte e um anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
46. Nas células A1, A2, A3 e A4 de uma planilha em Excel foram digitados, respectivamente, 2, 3, 4 e 5. Na célula A5 o conteúdo é =SOMA(A1&A2&A3&A4). O resultado apurado na célula A5 será:
- A) 14.
 - B) 2-3-4-5.
 - C) 2345.
 - D) 2+3+4+5.
47. Na Internet, a transferência de dados de um computador externo ou servidor para seu computador local é conhecida como:
- A) Download.
 - B) Upload.
 - C) Peopleware.
 - D) Downgrade.

48. Nos microcomputadores atuais, a comunicação entre o usuário e o computador é realizada através de janelas nas quais podem ser executados os aplicativos. O *software* que controla essas tarefas é o Sistema Operacional. O mais conhecido atualmente é o:

- A) Java Script.
- B) Visual Basic.
- C) Google.
- D) Windows.

49. Justificar um texto no Word significa:

- A) transformar o texto em colunas.
- B) inserir uma tabela no texto.
- C) alinhar o texto nas margens esquerda e direita.
- D) mostrar a estrutura do documento.

50. Os layouts abaixo se referem a alguns modelos disponíveis no Power Point.



Respectivamente, esses são modelos do tipo:

- A) somente título, comparação e conteúdo com legenda.
- B) slide de título, título e conteúdo e cabeçalho da seção.
- C) duas partes do conteúdo, cabeçalho da seção e comparação.
- D) somente título, slide de título e duas partes de conteúdo.